

RECADADO

Exemplos



Jorge Mariani

trouxeram aumento de pedágios e obras de restauração financiadas pelo BNDES.

Grande parte da pauta foi aceita pelo Governo, que afirma não poder mudar leis (multas), decidir pelos governadores (pedágios) e "interferir no mercado" de fretes. Apoiamos a greve e a pauta de reivindicações dos caminhoneiros e repudiamos as ameaças e a repressão desencadeada pelo Governo. É bom lembrar que nosso governador Olívio Dutra luta na justiça para reduzir os pedágios.

A saída evidentemente não é a repressão e sim uma mudança radical na política econômica atual que o Brasil não suporta mais.

Outro exemplo é a verdadeira guerra comercial e cruzada em defesa nacional que nosso vizinho, Argentina, desencadeou contra o Brasil.

Seria cômico se não fosse trágico, o Brasil durante mais de quatro anos financiou o crescimento argentino, importando tudo e exportando cada vez menos. Quando chegou a hora do Brasil, depois da desvalorização do real, nosso sócios no Mercosul, mandaram às favas todo discurso do livre mercado e passaram o cuidar dos seus interesses nacionais. A CGT se uniu a UIA e, junto com o Governo, lançaram uma campanha "compre produtos da Argentina".

Na verdade, há meses o

Brasil vem sendo vítima da vergonhosa política de abertura comercial imposta ao país pelo Governo FHC.

Os Estados Unidos a cada dia impõem mais barreiras comerciais às nossas exportações, chegando ao cúmulo de defender suas indústrias siderúrgicas ineficientes e velhas, nas palavras insuspeitas de Alan Greenspan. Tudo que é brasileiro é taxado nos Estados Unidos, carne, frango, açúcar, sapatos, têxteis, suco de laranja, aço.

Mas o Governo FHC não aprende e continua no mesmo rumo: privatizando, a última foi a CESP em São Paulo; mantendo nosso mercado aberto, inclusive o de capitais; cortando gastos sociais, aumentando impostos e tarifas públicas; onerando a sociedade com uma das piores taxas de desemprego, para pagar os juros e cumprir com os ajustes acordados com o FMI.

Outro exemplo. Fomos brindado pela demagogia eleitoral de ACM que, depois de dar bilhões à FORD, tenta desviar a atenção do fracasso proposital de suas CPIs (que teriam que investigar o senador Luís Esteves do PMDB e as contas CC-5), lançando um chamado Fundo de Combate à Pobreza, com mais impostos, não sobre as grandes fortunas, o patrimônio ou a renda, mas desviando recursos dos estados e municípios e taxando o consumo e a renda

dos assalariados. ACM deixa claro, com esse projeto, que nem o Governo nem a Comunidade Solidária funcionam. Seu verdadeiro objetivo é disputar com o PSDB e com o PMDB a hegemonia e aumentar seu cacife para 2002.

ACM divide o Governo e sua base de apoio, inviabiliza a reforma tributária e joga no chão a tão almejada credibilidade e estabilidade, que tanto agradam nossos algozes (credores) externos. Mostra na prática o grau de desagregação e falta de rumo do Governo FHC.

O último exemplo, que conta, como o primeiro, vem do companheiro Perly Cipriano, lá do Espírito Santo, saindo do hospital, depois de se restabelecer das graves queimaduras que recebeu no acidente de 10 de junho, quando perdemos nossa Beth e o Otaviano.

Pergunta sobre o PT, agradece, como se precisasse da solidariedade de petistas de todo nosso Brasil. Perly, como a Beth e o Otaviano, é um militante caledão, que enfrentou a prisão e a tortura com altivez e coragem, e diz que esta pronto para a luta.

Pois é, índio velho, amigo e companheiro Perly, temos um encontro marcado dia 26 de agosto em Brasília, para gritar Basta FHC, Fora daqui o FMI.

José Dirceu
presidente nacional do PT e
deputado federal

INTERNACIONAL

Partidos de esquerda da América Latina e Caribe terão encontro no próximo ano

O Grupo de Trabalho do Foro São Paulo reuniu-se no mês passado em Manágua, na Nicarágua com o objetivo de preparar o IX Encontro dos Partidos Latino-Americanos e Caribenhos de Esquerda, que será em fevereiro do ano que vem, na própria Nicarágua.

O PT e os demais partidos integrantes do Foro, além dos partidos convidados à reunião, participaram das comemorações do XX aniversário da Revolução Popular, promovida pela Frente Sandinista.

O Grupo de Trabalho fez uma análise sobre a situação política e econômica da região, da crise do modelo neoliberal que sob os chamados "efeito-tequila, samba ou tango acaba escamoteando a realidade que empobrece os países latino-americanos e concentra a riqueza nas mãos dos países desenvolvidos.

Durante a reunião, tratou-se também da dolarização das nossas economias, que nos converte em reféns do Tesouro americano e de sua política monetária, com altas taxas de juros.

O Grupo de Trabalho constatou que os partidos do Foro têm desenvolvido política de alianças que tem o objetivo, por um lado de garantir transições pacíficas à democracia e, por outro, de consolidar os espaços de poder até agora alcançados nos processos eleitorais, destacando-se os casos do México e da Nicarágua.

Colômbia - Foi tratado com especial ênfase o caso das negociações entre a FARC e o governo colombiano para um acordo de paz que garanta a democracia e a justiça social, a abertura do diálogo entre o ELN e o governo para facilitar o desenvolvimento da comunicação nacional. Neste sentido, o Foro repudiou veementemente qualquer tentativa de intervenção norte-americana no conflito armado que ocorre no país.

Quanto a Guatemala, os

partidos presentes à reunião ressaltaram a importância da constituição da URNG como partido político, fato este que permitirá conquistar espaços políticos nas próximas eleições, a serem realizadas em novembro deste ano, e a consolidação da Alianza Nueva Nación.

Outro ponto de pauta discutida refere-se à decisão de enviar uma delegação à convenção nacional da FMLN de El Salvador, onde seria feito um balanço de sua participação eleitoral e a eleição de suas autoridades nacionais.

É importante ainda enfatizar que o Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo ratificou a solidariedade com a Revolução Cubana e condenou o injusto e desumano bloqueio à Cuba.

Participaram da reunião do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, além do PT, o PRD, do México; FARC, Partido Comunista e ELN, da Colômbia; Partido Comunista de Cuba; Partido Comunista de Guadalupe; URNG, da Guatemala; e FSLN, da Nicarágua. Estiveram presentes também o Partidos dos Trabalhadores do México e o PSD-Frepaso, da Argentina, que foram convidados especialmente, em decorrência do Seminário do Cone Sul. Compareceram ainda representantes do Partido Social-Democrata, da Áustria; Partido Comunista da França e Partido Socialista de Esquerda da Noruega.

Por último, os partidos latino-americanos e caribenhos aproveitaram para reiterar, durante as comemorações do XX aniversário da revolução popular, mesmo após 20 anos, que os princípios da revolução Sandinista seguem vigentes até hoje e são bandeiras de luta do povo nicaraguense por construir uma plena sociedade democrática e plural, que permita solucionar os graves problemas econômicos e sociais que sofre a grande maioria pobre do povo da Nicarágua.

Lula participa de debates sobre o PT na Argentina

O presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu esta semana Diploma de Visitante Ilustre da Cidade Autônoma de Buenos Aires, na Argentina.

A concessão do Diploma foi votada e aprovada na Assembléia Legislativa de Buenos Aires, a partir de proposta encaminhada pela Frente País Solidário (Frepaso).

Lula viajou para Argentina para participar de várias atividades. O convite foi realizado pelo Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade Nacional de San Martín.

Dentre os eventos programados, estavam previstos reunião com dirigentes sindicais da Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA) e um encontro com o ex-presidente da Argentina Raul Alfonsín.

Além dos debates "A perspectiva do Partido dos Trabalhadores para o desenvolvimento no Brasil e na América Latina frente ao projeto neoliberal" e "O Trabalho e os trabalhadores no Mercosul".

(Cobertura completa na próxima edição do PT Notícias)

EXCLUSÃO SOCIAL

Projeto de combate à pobreza de ACM é demagógico

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), apresentou no último dia 27 de julho seu projeto de criação de um fundo de combate e erradicação da pobreza, por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC). O programa representa um verdadeiro loteamento da arrecadação federal, pois estabelece novas taxações e realoca recursos da União.

Intitulado como combate e erradicação da pobreza, o projeto de ACM tenta pegar carona em propostas apresentadas pelo PT na Câmara para a reforma tributária, mas em sua concepção nada tem a ver com o projeto petista - como o Programa de Renda Mínima, que beneficia trabalhadores com renda inferior a três salários mínimos, e o imposto de solidariedade, que taxa grandes fortunas.

Para o presidente nacional do PT, José Dirceu, o projeto taxa a classe média e os trabalhadores, na medida em que cria uma contribuição compulsória mensal para todas as pessoas que recebem mais de R\$ 2 mil, o que é inaceitável. "Não taxa a riqueza e/ou patrimônio e as grandes fortunas", afirma. O líder petista alega ainda que a receita do projeto de ACM advém da criação e aumento de impostos ou retiradas de recursos do próprio Orçamento da União.

A proposta "mais parece uma tentativa demagógica de ACM em ocupar espaço no cenário nacional e desviar a

atenção do fracasso das CPIs e da ajuda, com dinheiro público, à Ford para a instalação de sua nova fábrica na Bahia", declara Dirceu.

As análises do líder da bancada do PT na Câmara, José Genoíno (SP), também convergem para as questões levantadas por Dirceu. De acordo com Genoíno a proposta é "mero remanejamento de recursos e não taxa os ricos", e que, portanto, "não produz justiça tributária", como defende ACM. Segundo Genoíno, é bastante oportuno a inclusão do debate sobre a pobreza na agenda política do país.

"É importante a determinação de todos os brasileiros na erradicação da pobreza, sobretudo daqueles que estão no poder, mas a proposta de ACM apresenta deficiências em sua concepção, em como atacar a pobreza e no gerenciamento dos recursos", declarou o senador Eduardo Suplicy sobre o novo Fundo proposto.

Para Suplicy, "a destinação dos recursos podem ocasionar favorecimentos políticos e gerar distorções", referindo-se ao fato de que o fundo seria gerido por conselhos federais, estaduais e municipais, com a possibilidade de convênios com grupos comunitários.

O senador petista ressalta ainda a necessidade de "que se crie um projeto para assegurar a qualquer pessoa uma renda mínima, que garanta o direito inalienável à vida". Conclui que o "desenho da proposta de ACM não denota isso".

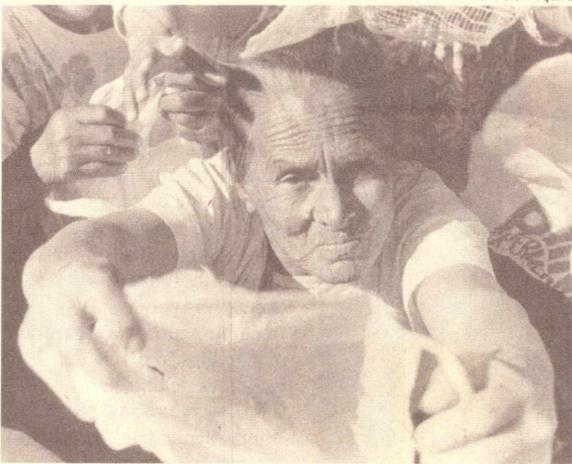


Foto: Arquivo

Instalada no Congresso Nacional comissão de combate à pobreza

Foi instalada no dia 12 de agosto a comissão mista que irá estudar propostas de combate à exclusão social. A líder do PT no Senado, Marina Silva (AC), autora do requerimento para criação do colegiado, foi eleita vice-presidente. O presidente será o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) e o relator o deputado Roberto Brant (PFL-MG).

A senadora salientou a necessidade de tomada de medidas urgentes para promover a distribuição de renda no país. Ela anunciou inclusive o teor dos primeiros requerimentos de convite a responsáveis por experiências bem sucedidas em governos estaduais e municipais, via organizações não-governamentais ou movimentos sociais. "É preciso auscultar a sociedade civil para definir os caminhos da distribuição de renda", ressaltou.

Além de Marina, o PT está representado na comissão pelo senador Eduardo Suplicy (SP) e pelos deputados Aloizio Mercadante (SP), Paulo Paim (RS) e Nilson Mourão (AC).

PTnotícias

Journal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Dirceu

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Rosana Ramos
MTB 19131

REDAÇÃO
Rosana Ramos,
Fernanda Estima

ADMINISTRAÇÃO
Ricardo Bimbo e
Sonia M. N. Pedroso

DIAGRAMAÇÃO
Jorge Mariano e Alexandre Machado

ILUSTRAÇÕES
Vicente Mendonça

SEDE
Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP
CEP 01019-000
Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349
e-mail: ptnot@pt.org.br
Home page: www.pt.org.br
Tiragem: 12.000 exemplares
Fotolitos e impressão: Artpress

PRIVATIZAÇÃO



Foto: Arquivo

Um ano sem a Telebrás e a fábula da política-girassol

O girassol é uma planta de tempo de vida anual, cujas flores giram, seguindo o movimento do sol. Muito sábia, pois o nosso astro de luz própria é responsável pela vida em nosso planeta, e o girassol tira muito proveito da energia transmitida por ele. O brilho do astro rei parece que encanta estas plantas e as faz segui-lo em toda a sua trajetória.

Há um ano, em julho de 1998, perdemos a empresa brasileira que explorava as telecomunicações: a Telebrás. Segundo a revista Business Week, fora os países centrais da OCDE, a Telebrás era a segunda maior empresa do mundo após a Gazprom da Rússia. Segundo a revista Fortune, era uma das cinco únicas empresas brasileiras citadas na lista das 500 maiores do mundo. Aliás, mais de 90% das empresas citadas estão nos países ricos. Com isto, neste ano de 1999, teremos uma empresa brasileira a menos na revista Business Week e também na revista Fortune. Seremos um pouco mais esquecidos do que antes.

O parque industrial dos países da OCDE estão se expandindo pelo mundo. Vemos a Lucent, Motorola, NEC, Siemens, Ericsson e outras, buscando novos mercados, levando a bandeira de seus países, a língua e a cultura. Vemos estas indústrias aportarem no Brasil. Se movimentando para buscar a luz, conseguindo permanecer ininterruptamente com pelo menos algumas de suas filiais do mundo, ou seja, com algum prolongamento de seus corpos, iluminadas pelo sol.

Mas os nossos girassóis estranhamente parecem presos por alguma força invisível. Não conseguem acompanhar o movimento do astro rei. Por que não se movem? Vemos as nossas indústrias de telecomunicações fecharem ou serem vendidas às corporações estrangeiras. A multinacional Lucent já comprou nada menos que 15 empresas nacionais nos últimos 15 meses. Mais recentemente adquiriu a Zetax e a Batik. As duas empresas brasileiras, junto com a Promon, poderiam ser qualificadas como as melhores e maiores indústrias brasileiras de centrais telefônicas e de outros equipamentos utilizados pelas empresas operadoras. Parece que as firmas

nacionais se desmancham no ar.

Sem qualquer política industrial, o país deixa suas indústrias a deriva para enfrentar atores internacionais com objetivos bem determinados: apoiados por seus governos, querem o mercado brasileiro de serviços, tecnologias e equipamentos. No mês de junho último o governo americano deu exemplo ao mundo de como defende suas indústrias: ameaçou formalmente a Anatel, caso venha a regulamentar a cláusula 15.8 dos contratos de concessão, o qual afirma que em condições de igualdade de preço, qualidade e prazo de entrega as operadoras devem dar prioridade aos bens e serviços nacionais. A última empresa brasileira de porte, a Promon, que criou junto com o Centro de Pesquisa Brasileiro (CPQD) uma outra empresa para comercializar e evoluir o Sistema Trópico, já dá sinais de fraqueza: não conseguiu vender os equipamentos e iniciou uma série de demissões. Pelo quadro colocado, as chances de vendas de equipamentos nacionais parece ser muito remota. Hoje o futuro desta tecnologia está ameaçado.

Sabemos que a tecnologia é um elemento central no desenvolvimento econômico. As inovações dão competitividade às empresas, que conseguem baixar os preços de seus produtos, vender mais e alcançar novos mercados. Centros de pesquisas em telecomunicações como o da Lucent nos Estados Unidos, gastam anualmente cerca de US\$3,5 bilhões. O CPQD vive com uma receita de R\$80 milhões, mas está com o futuro incerto, evasão de técnicos de mais alta qualidade e profundo desânimo em seu quadro funcional (os que ainda teimam em tentar fazer pesquisa e desenvolvimento nacional). Manter o desenvolvimento tecnológico nacional deveria ser peça chave para alcançar os países mais desenvolvidos. Isto deveria

ser um fato indiscutível e de consenso, mas estranhamente não se dá a menor importância. A criação de um fundo de desenvolvimento tecnológico, prevista na Lei Geral das Telecomunicações até agora não foi aprovado e, mesmo que aprovado na forma que hoje ele está colocado, caberá ao CPQD um montante que não dará para cobrir nem 1/3 da folha de pagamento, ocasionando grande prejuízo ao país. Vários laboratórios já foram fechados e pesquisas paralisadas.

O Trópico, família de centrais telefônicas computadorizadas e de grande porte — que juntamente com o telefone a cartão indutivo, a fibra ótica e tecnologias de antenas, foram os projetos de maior sucesso — foi retirado do CPQD. O laboratório de fibra ótica vendido como ferro velho por peso. O grupo de micro-eletrônica ótica desfeito. Como que vitimados por uma cegueira provocada por uma escuridão absoluta, vamos tomando decisões que nos leva a um retrocesso que certamente contribuirá para aumentar a distância entre o Brasil e os países industrializados.

As atenções se voltam também para uma CPI no estado de São Paulo: da Telefônica. Sua antecessora, a Telesp, era empresa exemplo no Sistema Telebrás. Os índices de satisfação do público paulista eram elevados para com os serviços de telecomunicações. Por não investir absolutamente nada, por usar de forma predatória a reserva técnica da rede que recebeu da Estatal e por demitir em massa trabalhadores que conheciam em profundidade o sistema, ocasionou uma queda na qualidade dos serviços que gerou todo um clamor social pelo restabelecimento dos serviços de boa qualidade. Foi preciso o Procom, o Ministério da Justiça e, por fim, a CPI do Parlamento Paulista agirem.

No Rio Grande do Sul vemos

espanhóis serem expulsos pelo governo brasileiro por estarem trabalhando irregularmente no país. A Telefônica colocara em postos chaves da empresa trabalhadores oriundos de seu país. Em São Paulo, já passa de uma dúzia as empresas espanholas de prestação de serviços em telecomunicações, estabelecendo-se uma competição desigual no nosso país. Além disso, os riscos de prejuízos para os acionistas minoritários da antiga Telesp são enormes: a Telefônica poderá fazer contratos superfaturados com as prestadoras, numa maneira de remeter dividendos para a Espanha.

A Anatel tem sido um órgão omissos. Não tem quadro funcional ainda, não tem condições de fiscalizar um país continental como o Brasil e não tem agido tecnicamente com prudência. O Bug dos DDD recentemente é um exemplo. Para uma transformação tão grande, ela deveria estar acompanhando as mudanças e exigindo das operadoras dedicação e investimentos. Poderia contratar o auxílio de um órgão técnico independente como o CPQD, mas não o fez. Os problemas e prejuízos ocorridos à população, sem dúvida, poderiam ser evitados. E as tarifas que o governo tinha prometido que iriam baixar, subiram em 12 meses mais de 8%, também com a anuência da Anatel.

O número de demissões já chega a 25% do quadro de funcionários da antiga Telebrás. Em números, cerca de 20.000 trabalhadores. Em troca, tereirizações e quarterizações, precarização da força de trabalho e prejuízo a população quanto a qualidade dos serviços prestados. Aumento dos índices de desemprego no país e de violência. Dinheiro externo não veio. O pouco investimento realizado, principalmente pelas empresas celulares, tem saído da

própria rentabilidade da exploração do negócio e do BNDES.

Há um ano perdemos nossa Telebrás. Foi fatiada e suas partes entregues a grupos estrangeiros que aumentam seus negócios. Vemos uma disputa entre empresas da Itália, de Portugal, dos EUA, da Espanha, da Suíça, etc. A sensação é de assistir a uma disputa, sem ter um *player* brasileiro participando. Parece que nossa participação ficou restrita a nos dividir entre as torcidas dos disputantes, empunhar suas bandeiras, aprendermos suas línguas e sonharmos que somos modernos. Para deboche das torcidas estrangeiras, claro.

Disputa essa que até desconfiarmos que não esteja acontecendo de verdade: internacionalmente, a MCI (que arrematou a Embratel no leilão de privatização), a Portugal Telecom e a Telefônica Espanhola formam um consórcio único. Cada empresa tem participação acionária na outra empresa e seus executivos, buscando uma maior sinergia entre as empresas, se reservam em postos chaves do consórcio.

Entendemos então o porquê de nossos girassóis estarem murchando e paralisados: o modelo adotado pelo governo para o setor, traduzido através da Lei Geral das Telecomunicações, acompanhado por juros altos e ausência de política industrial, coloca uma sombra sobre os nossos girassóis. Aliás, para quem optou por limitar-se a ser um entreposto comercial, não precisa mesmo de sol nem muito menos de girassóis.

Walter Pinheiro
é deputado federal (PT/BA) e ex-Coordenador Geral da Fittel

Antônio Albuquerque
é presidente do Sind. dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia-SP/ SinTPq-CUT

ECOLOGIA

O PT e suas definições ambientalistas



Para os ambientalistas, petistas e não petistas, não pode mais o PT retardar suas definições sobre uma série de questões que a sociedade propõe, dentre elas a questão ambiental.

As responsabilidades assumidas pelo partido na disputa do imaginário popular, no movimento social organizado e nas variadas esferas do poder político das quais participa, orienta, ou dirige, não podem mais suportar intervenções, encaminhamentos, direcionamentos, decisões e efetivação de políticas ao sabor de contingências setoriais, de circunstâncias locais, de configurações impressionistas das tendências internas, ou de idiosincrasias desta ou daquela liderança do partido ou de eventuais aliados — especialmente na questão ambiental.

É inconcebível para nós, ambientalistas do PT, dos mais verdes aos mais vermelhos, dos mais sócio-ambientalistas aos mais conservacionistas, que o partido, pelas suas instâncias representativas, pelas suas representações governamentais e parlamentares, pelas suas lideranças no movimento social, não compreendam e não incorporem ao discurso, às propostas, e às práticas, os critérios de sustentabilidade.

Para um partido vocacionado para o poder como o PT, capaz de enfrentar desafios nas esferas governamental e da sociedade civil, e deles sair engrandecido; capaz de criar alternativas, embrionárias mas com força para provocar mudanças reais, ao estado mínimo neoliberal e à exclusão social decorrente, não nos parece demais, extemporâneo e impertinente cobrar que seus programas de

governo, os projetos concretos que propõem ou apoia na sociedade civil, sejam expressões de um projeto alternativo nacional de desenvolvimento sustentável.

Aliás, todas as nossas conquistas parciais, sejam na esfera da sociedade ou do Estado, até a conquista da hegemonia na sociedade e do poder político do Estado nada serão se não houver um projeto de mundo, de vida, de perspectiva futura de uma sociedade democrática e sustentável.

Para nós ambientalistas são estas as questões centrais que o PT deve responder para que possa ser um instrumento qualificado para concretização dessas idéias.

É bem verdade que o PT acumulou experiências também na questão ambiental, nesses 20 anos de existência. Acumulou experiências decorrentes de sua intervenção no movimento social, em especial nas organizações do movimento ambientalista; e nas esferas parlamentares e governamentais; contudo, é visível que o PT enquanto partido não tem consolidado uma crítica suficientemente embasada ao modelo de desenvolvimento praticado no país, nem tão pouco à política ambiental que subjace ao projeto neoliberal sob a versão fernandista, e menos ainda uma formulação estratégica sustentável consistente que oriente o discurso e a prática do partido.

Situemos a questão do

abstrato para o concreto, e do mais geral para o mais específico, como é do gosto de muitos petistas. Do ponto vista de abstrato, as formulações teóricas petistas carecem de elementos conceituais básicos ambientalistas. As variadas tendências de pensamento e pensadores das posições partidárias se fundamentam nos conceitos clássicos do industrialismo, do produtivismo, inclusive suas variações socialistas, que ainda hegemonizam o pensamento petista. Quando se aventuram em proposições de políticas públicas concretas caem inevitavelmente no reducionismo da superação da exclusão social ou da superação das relações de produção ou de propriedade, sem uma visão holística que compreenda as dimensões ambiental e espiritual, sem consideração à sustentabilidade, no conceito ampliado, econômico, social, ambiental, e diria eu, espiritual.

A visão ecológica dos documentos fundantes do partido não ultrapassam à preocupação de "preservar a ecologia" e respeitar as "condições culturais e ecológicas" nos "programas nacionais de desenvolvimento regional". É muito pouco para um partido que se pretende revolucionário para as demandas do século XXI. Passaram-se 12 anos até que os ambientalistas do PT se organizassem e formulassem coletivamente uma contribuição aos fundamentos do partido. Este documento de 1990, o

Manifesto Ecosocialista, coloca duas questões centrais que permanecem atualíssimas: primeiro a necessidade de "repensar os fundamentos filosóficos para a construção de uma nova utopia"; e, segundo, nega o princípio de ser a economia a base da felicidade humana. Interessante notar que, no campo das formulações teóricas, desde então há um processo de decréscimo da valorização das teses ambientalistas nas teses partidárias, inclusive nos sucessivos programas de governo com os quais temos disputado as eleições gerais, especialmente as presidenciais. Em contrapartida, na prática, o partido tem sido chamado a intervir com intensidade crescente nas questões ambientais, seja na atuação social, parlamentar, governamental, ou disputas eleitorais.

Se destacarmos questões específicas, mas cruciais, sobre as quais o PT intervir, teremos uma diversidade de omissões ou de posições que revelam a falta de uma política mais geral para o meio ambiente. Vejamos rapidamente: a ocupação de áreas de mananciais na grande São Paulo, onde a omissão das direções é conhecida, como são conhecidas as posições de apoio de muitos petistas que atuam nos movimentos de moradia. A questão nuclear, especialmente a construção das Usinas de Angra I, II, e III sobre as quais os programas partidários estão cheios de dubiedade. A ocupação, uso e exploração dos

recursos naturais da Amazônia há diferentes posicionamentos, às vezes conflitantes. Não é possível se ter uma política de defesa das unidades de conservação quando a quase totalidade do PT do Paraná apoiou e apóia a invasão e abertura de uma estrada "do colono", dividindo o Parque nacional de Foz do Iguaçu, à revelia das autoridades ambientais. É ausente a intervenção partidária nos temas ambientais como as hidrovias, ou em temas globais como a regulamentação da Convenção sobre Clima; ou sobre Florestas, e outros.

Mas é claro, não se pode fugir nem fingir que não se vê as questões ambientais, porque em última instância todos os temas da produção e consumo, da ocupação do solo, da relação com a biodiversidade dos variados ecossistemas, dos espaços urbanos onde moramos e nos locomovemos no dia-a-dia, das atividades vitais que dependem dos micronutrientes do solo, do ar, da água, todos, literalmente todos, são temas ambientais. Felizmente crescemos no partido as ansiedades e as respostas a tais questionamentos, fazendo-nos crer que está se aproximando a hora de se fazer uma sistematização das experiências e de se avançar nas definições teóricas que possam reorientar nossa prática, para que o PT possa ser tão verde quanto vermelho.

Gilney Viana
é secretário nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT

